

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

QUADRO SÍNTESE DE AUDIÊNCIA

ENTIDADE	DEPUTADOS PRESENTES	DATA DA AUDIÊNCIA	CONTATOS
Plataforma Cívica Aeroporto BA6 – Montijo Não <ul style="list-style-type: none"> ➤ José Encarnação (Presidente) ➤ Carlos Matias Ramos ➤ Maria de Fátima Rodrigues Vivian ➤ Humberto Pereirinha ➤ Júlio Guerra ➤ Acácio Pires 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fernando Virgílio Macedo (Vice-Presidente) ➤ Paulo Rios de Oliveira (PSD) ➤ Carlos Silva (PSD) ➤ Fátima Ramos (PSD) ➤ Ricardo Bexiga (PS) ➤ Heitor de Sousa (BE) ➤ Ernesto Ferraz (BE) ➤ Bruno Dias (PCP) ➤ Helder Amaral (CDS-PP) 	19 de dezembro de 2018 Gravada	
Exposição de Motivos	Questões colocadas pelos Deputados		
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Os representantes da Plataforma Cívica Aeroporto BA6 – Montijo Não utilizaram um PowerPoint durante a sua intervenção inicial e disponibilizaram documentação adicional, defenderam que a BA6-Montijo não é uma opção viável como futuro aeroporto e salientaram a falta de esclarecimentos na condução do processo. ➤ Realçaram o que consideram ser um contrato de concessão aberto entre a ANA (integrada na VINCI Airports) e o Estado, atribuindo vantagens à VINCI e condicionando a atuação do Estado. ➤ Salientaram o desconhecimento do <i>master plan</i> para o 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Deputado Carlos Silva (PSD) – após cumprimentar a delegação da Plataforma Cívica, sublinhou a falta de esclarecimento e o vazio de informação relativo ao futuro aeroporto. Afirmou que o GP PSD não tem uma opinião fechada acerca do aeroporto Portela + Montijo. Referiu que o contrato de 2012 perspetivava o alargamento do aeroporto da Portela no sentido de potenciar 90 movimentos aéreos, porém estudos vários indicam que o aeroporto Portela + Montijo apenas permite 48 + 24 movimentos aéreos, totalizando 72 movimentos aéreos, nesse sentido considerou ocorrer uma adulteração do contrato inicial de 2012. Suscitou a preocupação com as condições ambientais e sonoras das populações residentes no Lavradio e Moita, cerca de 30 mil habitantes, caso o aeroporto seja viabilizado no Montijo. Referiu que deve ser ponderado um estudo que avalie as necessidades de reabilitação urbana que minimizem o impacto do aeroporto nas populações. 		

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

<p>aeroporto do Montijo, apesar de terem questionado a VINCI sobre o mesmo.</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Sublinharam um conjunto de preocupações relativo à pista do Montijo, designadamente: não tem caminho de circulação; não tem <i>taxiway</i>; 83% da pista tem que ser reconstruída; há estudos da Airbus que referem a duplicação do número de passageiros daqui a 20 anos, mas não a duplicação do número de aviões, o que se reflete no aumento da dimensão dos aviões, com uma pista pouco extensa como a do Montijo estes são incapazes de aterrar; 30.000 habitantes que não têm as suas habitações preparadas para suportar o ruído; e a rejeição por parte do estudo de impacto ambiental.➤ Mencionaram que em termos de longevidade, com base no Estudo da Eurocontrol, de 2016, em 2030 o Aeroporto da Portela estará saturado.➤ Apresentaram o potencial de criação de emprego com a construção de um novo aeroporto no Montijo, consideraram expectável a geração de 2.500 empregos (correspondendo a 350/500 empregos por cada milhão/ano de passageiros), a que se deve subtrair o efetivo da Força Aérea (cerca de 900 militares).➤ Compararam a diferença, na duração da viagem, entre Lisboa, Alcochete ou Montijo, e referiram que o percurso para Alcochete é apenas mais longo em 5 minutos relativo ao Montijo, consideraram ser uma diferença pouco expressiva.➤ Referiram que a Força Aérea prevê 200 Milhões de euros, em custos, com a deslocalização da Base Aérea Militar do Montijo, e demorará entre 2 a 3 anos.	<ul style="list-style-type: none">➤ Deputado Ricardo Bexiga (PS) – cumprimentou a Plataforma Cívica, agradeceu os seus contributos e a apresentação qualificada realizada, salientou que o GP PS tem todo o interesse em escrutinar a melhor opção assumida pelo Governo. Considerou ser urgente a tomada de decisão e que ocorra o início dos trabalhos. Questionou se a opção proposta pela Plataforma Cívica, aeroporto em Alcochete, é englobada na estratégia Portela mais um aeroporto ou se é vista noutra perspetiva.➤ Deputado Bruno Dias (PCP) – após cumprimentar os representantes da Plataforma Cívica, referiu a forte participação cívica, qualificada e consciente. Salientou a falta de esclarecimento acerca da opção Portela + Montijo, considerou, através da análise da informação disponível, ser um caminho para o “desastre”. Referiu que o contrato de concessão corresponde a um contrato aberto, salientou que com a privatização da ANA o Estado delegou a autoridade da gestão aeroportuária a uma entidade empresarial privada e deu-lhe o direito de apresentar uma proposta relativa ao futuro aeroporto a construir. Considerou que o recurso crescente às ligações áreas de longo curso condiciona a operação no aeroporto do Montijo, solicitou que esclarecessem quais as suas implicações para o setor, para o transporte aéreo e para a economia nacional. Mencionou a afirmação do Presidente da ANA em audição na CEIOP, a 26 de setembro, em que a intervenção no aeroporto do Montijo implicava a expansão da pista em 300 metros, a que acresce implementação das balizas IALA sobre o Tejo, e permitindo a utilização de aviões de categoria E (tipo AIRBUS A330), todavia não compreendeu como tal será possível. Referiu que essa opção cria fatores de risco onde não existem, incrementa a operação no centro de área metropolitana, e decorre da escolha de uma opção baseada num modelo económico patente na seguinte afirmação do Presidente da ANA, “a avaliação ambiental estratégica não se vai realizar, porque a avaliação ambiental estratégica implica a avaliação de alternativas com outras soluções, e a opinião do Estado concedente, que é também a nossa opinião, outras soluções não são soluções, não encaixam no modelo económico que foi negociado”.➤ Deputado Heitor de Sousa (BE) – cumprimentou a Plataforma Cívica e agradeceu os contributos/estudos apresentados. Referiu que a AR não deve discutir soluções técnicas (como exemplo, a situação de eliminação da pista cruzada no aeroporto da Portela).
---	---

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

<ul style="list-style-type: none">➤ Apresentaram um estudo próprio que contemplava os custos necessários com o alargamento da pista da Base Aérea de Montijo. Referiram que, em termos de custos, é equivalente a infraestrutura a desenvolver no Montijo comparativamente com o aeroporto a construir em Alcochete.➤ Sublinharam que a VINCI não apresentou os estudos económicos, técnicos e ambientais solicitados pela Plataforma Cívica.	<p>Considerou fundamental o estudo de impacto ambiental, que veio a ser rejeitado pela APA, porque tem impactos na segurança aérea e deve ser trazido à discussão pública. Destacou que não basta estudar uma alternativa, mas averiguar outras soluções (Portela + outra localização). Referiu que tem em sua posse uma avaliação ambiental estratégica elaborada pelo Eng. José Joaquim Proença Furtado, que aborda diferentes opções e inclui a solução Portela + Alverca. A avaliação ambiental estratégica é uma obrigação do Estado e não faz parte do contrato de concessão.</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Deputado Helder Amaral (CDS-PP) – após cumprimentar os representantes da Plataforma Cívica, sublinhou que o País não ganha se cada entidade apresentar os seus estudos, devendo-se evitar a instrumentalização das iniciativas. Salientou que a discussão de uma obra desta dimensão deve reunir consenso, o próprio Governo afirmou que esta obra deve ser debatida no Conselho de Obras Públicas. Referiu que a opção Portela + 1 deve, numa primeira fase, ser tecnicamente viável para que seja sujeito a posterior discussão política. Afirmou que a decisão final cabe ao Governo, apesar de a opinião da ANA ser de registar. Levantou dúvidas acerca do potencial esgotamento da capacidade do aeroporto da Portela, salientou que um aeroporto é uma estrutura que deve funcionar em <i>stress</i>, em que as incertezas suscitadas decorreram do discurso do Presidente da TAP. Foi apresentada uma solução rápida que pareceu ser o Montijo, contudo o Governo condicionou a sua concretização ao resultado do Estudo de Impacto Ambiental não Estratégico, que veio a ser rejeitado. Atendendo ao exposto, considerou pertinente o retomar da discussão sobre a futura opção de construção de um aeroporto em Lisboa. Concluiu, salientando que deve ser realizado o Estudo de Impacto Ambiental Estratégico.
O que pretendem ver regulamentado	
<ul style="list-style-type: none">➤ Pretendem que o futuro aeroporto seja construído em Alcochete.	
Respostas às questões dos Deputados:	



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

- Referiram que deve ser considerado, na escolha de um novo aeroporto, as avaliações económicas e de infraestruturas como também a necessidade de prevenção de acidentes aéreos.
- Consideram existir restrições técnicas à operação aérea em Alverca, devido à coincidência dos cones do voo da pista do aeroporto da Portela com o aeroporto de Alverca.
- Abordaram as intervenções do Presidente da TAP, nomeadamente: que a TAP não pretende ir para o Montijo; que o Aeroporto da Portela está subaproveitado em 20%; e a possibilidade de desenvolvimento do aeroporto da Portela com o prolongamento da *taxiway* (permitiria passar de 30 milhões de passageiros transportados para 45 milhões passageiros). Também salientaram que não há interesse, por parte da VINCI nem da TAP, em prolongar a *taxiway* devido aos elevados custos de construção.
- Salientaram que a pista da Força Aérea no Montijo, corresponde a uma Base Aérea, não reunindo todas as condições necessárias para ser comparável a um aeroporto civil, atendendo as especificidades das aeronaves militares e o tipo de operações realizadas.
- A VINCI sustenta que a Base Aérea do Montijo é um aeroporto, para evitar ter que apresentar os estudos de impacto ambiental.
- Sublinharam as intervenções públicas das empresas de aviação *low-cost*, que afirmaram não ter interesse em realizar a sua operação no Montijo.
- Consideram que a solução adequada é fechar o Aeroporto de Lisboa e abrir um novo Aeroporto em Alcochete, porque permite construir um *hub* capaz de reduzir o tempo de voo em cerca de duas horas dos voos provenientes do continente americano, tem capacidade de expansão das infraestruturas, a localização regista menor ocupação do espaço pela população e menor probabilidade de ocorrência de *bird strike*.
- Referiram que o contrato de concessão da ANA estipulava quais os aeroportos nacionais a ser concessionados, porém foi trazido posteriormente à lista 2 outros Aeroportos através de um Memorando de Entendimento entre o Governo e a ANA. Não compreenderam a justificação para o mesmo sem o Governo proceder à alteração do contrato de concessão.
- Consideram que o Aeroporto Portela + Campo de Tiro de Alcochete também pode ser uma opção válida, e salientaram que a ANA já tem um projeto de aeroporto para Alcochete com 4 fases de desenvolvimento.
- Referiram que a Plataforma Cívica trava uma luta pela obtenção de informação e pela tomada consciente de decisões.

Deputado Fernando Virgílio Macedo
Vice-Presidente da Comissão